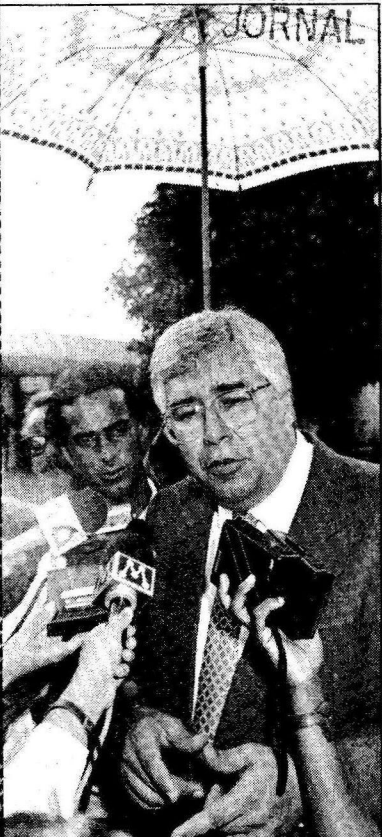


Renegociação com estados é descartada

Arnildo Schulz 15-11-91



Fleury busca a flexibilização

JORNAL DE BRASÍLIA

Divida Publica
Helival Rios

O presidente Fernando Collor pretende fazer um apelo a todos os governadores para que se unam ao Governo Federal no esforço de corte nos gastos públicos, de maneira a não criar embarços para o programa de ajuste econômico ora em execução. Assessores do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disseram ontem ao *Jornal de Brasília* que, juntamente com o apelo, o Presidente deverá comunicar aos governadores a decisão do governo de não flexibilizar em mais nenhum ponto o esquema já aprovado através da Lei nº 8.388, de rolagem da dívida dos estados para com a União, que chega a US\$ 55 bilhões.

Com um almoço, hoje, na residência do senador Marco Maciel (PFL-PE), os líderes políticos no Senado tentarão encontrar uma saída para flexibilizar a Lei nº 8.388, que fixou as regras para a renegociação da dívida dos estados e municípios. Do almoço participarão também o presidente do Banco Central, Francisco Gros, o secretário-executivo do Ministério da Economia, Luís

Antônio Gonçalves, e o diretor do Departamento do Tesouro (DTN), Roberto Guimarães. Para que a lei possa ser colocada em prática, o Senado terá que aprovar uma resolução definindo os limites de endividamento.

Alguns governadores, notadamente Luiz Antônio Fleury, de São Paulo, vêm pressionando o governo no sentido de obter uma maior flexibilização no que se refere ao esquema de rolagem dos títulos da dívida pública estadual, cujo resgate custaria aos estados, aproximadamente, US\$ 15 bilhões.

Os estados querem os benefícios da rolagem do débito com os bancos federais, mas querem também poder resgatar títulos antigos com a emissão de títulos novos, sugestão que não é aceita pelo governo, segundo assessores do ministro Marcílio.

O Governo Federal não pretende flexibilizar nada em termos do que ficou acertado na rolagem da dívida dos estados, e ainda pretende contar com os governadores num novo esforço nacional de austeridade nos gastos públicos apesar do calendário eleitoral.

11 MAR 1992
Para ficar mais desimpedido para pressionar os governadores pelo engajamento neste esforço, segundo assessores do ministro Marcílio, é que o presidente Collor já se decidiu em manter uma posição de mero acompanhamento das eleições municipais deste ano. Esta posição equidistante do governo, diante das eleições, o deixará mais imune a pressões dos governadores pela concessão de novas facilidades em gastos públicos, como ainda fortalecerá as contrapressões do Governo Federal para obter o contrário do que vem sendo pedido por alguns governadores: mais austeridade nos gastos públicos.

Caso o presidente Collor entrasse, ainda que indiretamente, na campanha eleitoral deste ano, o Governo Federal ficaria enfraquecido para reivindicar dos governadores uma conduta de maior austeridade, que ajude o governo no combate à inflação.

Eleições

A colaboração dos governadores na adoção de uma conduta de maior austeridade nos gastos públicos é imprescindível para o êxito do programa de ajuste eco-

nômico, segundo se dizia ontem no Ministério da Economia, uma vez que o conceito de déficit operacional constante da carta de intenções e do memorando técnico de entendimento ao FMI (Fundo Monetário Internacional) leva em conta os gastos públicos não somente da esfera federal, mas também dos governos estaduais e das prefeituras.

Num ano eleitoral, o Governo Federal teme que alguns governos estaduais e prefeitos, no entusiasmo de elegerem os candidatos dos seus partidos, acabem extrapolando os seus recursos orçamentários, criando dificuldades para o controle do déficit público de natureza global (que envolve os governos Federal, Estadual e Municipal).

Os perigos de desacerto nas contas públicas podem surgir, principalmente, em função de novos investimentos feitos em alguns estados, de modo a impressionar os eleitores. O que o Governo Federal deseja é que cada governador se limite estritamente às suas previsões orçamentárias, sem deixar que as eleições lhe subam à cabeça.